

SEGURANÇA/ Manifestação dos policiais penais ocorre há mais de 10 dias. Cerca de 300 agentes em funções de chefia deixaram os cargos, e familiares de presos questionam a suspensão de visitas nos presídios

Cima tenso no sistema penal

» DARCIANNE DIOGO

O sistema penal do DF entrou em zona de tensão após uma sequência de manifestações da Polícia Penal pela reestruturação da carreira. Desde 23 de março, os servidores públicos protestam em frente à Câmara Legislativa do Distrito Federal para cobrar avanços por parte do GDF. Mais de 300 policiais lotados em funções de chefia renunciaram ao cargo. Em contrapartida, familiares de presos questionam a suspensão das visitas e pedem o retorno imediato.

Ontem, centenas de policiais penais participaram de uma nova Assembleia Geral Extraordinária. Os integrantes da corporação aguardam a resposta do governo federal sobre a inclusão da Polícia Penal no Fundo Constitucional — medida aprovada na noite de terça-feira pelo Senado. Em decisão unânime, mais de 300 policiais que ocupam chefia na corporação deixaram os cargos. Isso inclui chefes das unidades prisionais, de pátios, do Centro Integrado de Monitoração Eletrônica (Cime), de equipes especializadas e assessores do setor administrativo.

O Sindicato dos Policiais Penais (Sindpol-DF) esclareceu que a decisão não decorre de descompromisso com a missão institucional da Polícia Penal nem com a sociedade. “Ao contrário, trata-se de um ato de responsabilidade e coerência diante do cenário de reiterado

descaso por parte do GDF. Apesar de compromissos firmados e reiteradas tratativas institucionais, não houve o cumprimento do acordo de isonomia com as demais forças de segurança pública, o que evidencia tratamento desigual e desvalorização da categoria”, documentou a entidade.

O Sinpol-DF frisou que a permanência nas funções de chefia, sem o devido reconhecimento e respeito institucional, torna-se insustentável. “Assim, apresentamos, de forma coletiva, nossa renúncia às funções de chefia, como forma legítima de protesto e de reivindicação por tratamento justo, digno e isonômico.”

Visitas suspensas

A mobilização impactou as visitas de familiares a presos do Complexo Penitenciário da Papuda. Em alguns blocos dos cinco presídios, a visitação está suspensa há quase um mês. A remarcação de datas levou parentes a convocar uma manifestação para a próxima terça-feira.

Em um grupo de familiares de presos circula um anúncio para o manifesto. O ato ocorrerá às 10h, em frente à Vara de Execuções Penais (VEP). Os presentes caminharão em protesto até o Palácio do Buriti. “Famílias afastadas, internos abandonados, direitos violados”, diz o cartaz.

Nos seis presídios, as visitas ocorrem em dias e horários distintos — incluindo as de crianças. Segundo a Secretaria de Administração Penitenciária (Seape-DF), as visitas presenciais estão sendo

Ed Alves/CB/D.A Press



Policiais penais fazem assembleia em frente à Câmara Legislativa do DF; mobilização pela reestruturação da carreira dura mais de 10 dias

remarcadas para datas futuras, como medida necessária para garantir a segurança dos visitantes e das pessoas privadas de liberdade. “A Seape assegura que todas as visitas afetadas serão repostas assim que a situação envolvendo a mobilização sindical dos policiais penais estiver normalizada.”

A Seape-DF divulgou, via Instagram, as novas datas das visitas. As que ocorreriam em 25 de março ficaram para 10 de abril; as que seriam em 26 de março ficaram para 17 de abril; as de 27 de março ficaram para 20 de abril; e as que

seriam realizadas em 1º e 2 de abril ficaram para 27 de abril e 4 de maio.

Paralisação

A Polícia Penal cobra o governo sobre a falta de avanços desde 2019, quando a categoria iniciou a luta pela regulamentação. Segundo o presidente do sindicato, Paulo Rogério, o objetivo do ato é desativar o processo que garante segurança jurídica e financeira aos profissionais. “A principal reivindicação é a regulamentação da Polícia Penal do Distrito Federal. A

carreira luta desde 2019 para que esse mandamento constitucional seja cumprido”, afirmou.

De acordo com o presidente, enquanto outras forças de segurança, como policiais militares, civis e bombeiros, já foram contempladas com reajustes e benefícios, os policiais penais seguem sem os mesmos direitos. “Tudo o que é concedido às demais forças de segurança pública é negado para a Polícia Penal”, criticou.

Um dos entraves, segundo ele, é a inclusão da categoria no Fundo Constitucional do Distrito Federal,

etapa considerada essencial para viabilizar os reajustes. O processo, no entanto, enfrenta prazos apertados por conta do calendário eleitoral. “Queremos a manutenção da tabela que já foi enviada pelo próprio GDF, para que ela seja aprovada em forma de lei e possa entrar em vigor”, explicou.

O presidente também destacou que a proposta já foi encaminhada pelo Governo do Distrito Federal em outubro do ano passado, mas ainda depende de avanços em âmbito federal, no Ministério da Gestão e Inovação.

CERCO DIGITAL

Câmeras ajudam a prender 30 suspeitos

» ANA CAROLINA ALVES

O DF 360 – Segurança Integral, sistema que reúne imagens de câmeras públicas e privadas em uma plataforma unificada, auxiliou a prender mais de 30 indivíduos com mandados de prisão em aberto, localizou 17 desaparecidos e recuperou mais de 60 carros furtados. Os primeiros resultados do programa foram apresentados, ontem, pela Secretaria de Segurança Pública (SSP-DF), pouco mais de um mês após o lançamento da iniciativa, em 27 de fevereiro.

Atualmente, a estrutura conta com 1.712 câmeras integradas — sendo 1.371 da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal, 151 de órgãos públicos parceiros e 174 de estabelecimentos privados. As imagens são acessadas em tempo real por equipes da Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF), do Corpo de Bombeiros (CBMDF) e da Polícia Civil (PCDF), permitindo ações mais rápidas tanto na prevenção quanto na repressão de crimes.

Segundo o subsecretário de Modernização Tecnológica da SSP-DF, Gustavo Tarragô, o principal avanço do programa está na ampliação do alcance do monitoramento. “A importância do DF 360 foi trazer recurso tecnológico para utilizar na atuação das forças de segurança. Agora eles conseguem monitorar em tempo real uma grande área do Distrito Federal”, afirmou. “Com a participação de pessoas privadas ou empresas que podem integrar suas câmeras, a gente aumenta a capilaridade”.

Além do monitoramento, o sistema utiliza ferramentas de análise, como o reconhecimento facial, aplicado de forma flexível conforme a necessidade operacional. “A gente não comprou câmeras

Ed Alves/CB/DA Press



Plataforma da SSP-DF reúne 1.712 câmeras públicas e privadas, integradas ao sistema



Com a participação de pessoas privadas ou empresas que podem integrar suas câmeras, a gente aumenta a capilaridade

Gustavo Tarragô, subsecretário de Modernização Tecnológica da SSP-DF

específicas, mas licenças que podem ser usadas em qualquer equipamento, de acordo com o planejamento da área de segurança”, explicou o subsecretário. Atualmente, 50 licenças estão em operação, com previsão de ampliação.

Desde o lançamento, o DF 360

já contribuiu para a prisão de mais de 30 pessoas com mandados em aberto, a localização de 17 desaparecidos e a recuperação de mais de 60 veículos furtados. Para Tarragô, o impacto vai além da repressão. “O reconhecimento facial não é só para localizar foragidos. Ele também ajuda a encontrar pessoas desaparecidas, o que é um ganho importante para a sociedade”, afirmou.

O subsecretário explicou que a adesão ao sistema é feita de forma voluntária, por meio de cadastro on-line. “A pessoa entra no site, preenche os dados, assina o termo de autorização e, após validação, a câmera já fica disponível para todas as forças de segurança acessarem”, disse. As imagens de câmeras privadas ficam armazenadas por até 72 horas, enquanto as públicas permanecem guardadas por 30

dias em ambiente seguro, podendo ser preservadas por mais tempo em casos de interesse investigativo.

Outro destaque apresentado foi a ampliação das Centrais de Monitoramento Remoto (CMRs), que permitem o acompanhamento descentralizado das imagens. Ao todo, estão previstas 162 unidades. Dessas, 66 já foram entregues a batalhões da PMDF, unidades do CBMDF e delegacias da PCDF, enquanto outras 96 devem ser distribuídas nos próximos dois meses. “A ideia é que cada unidade consiga monitorar sua própria área de atuação”, destacou Tarragô.

O programa busca integrar tecnologia e inteligência para ampliar a cobertura em áreas estratégicas, como Taguatinga e o Plano Piloto, que concentram o maior número de câmeras instaladas no Distrito Federal.



AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES



AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 90004/2026

Objeto: Contratação de serviços de transporte rodoviário de cargas, em âmbito nacional, para atender a demandas da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, conforme disposto no Edital e seus anexos. Total de Itens Licitados: 1. Edital: 01/04/2026 das 08h00 às 12h00 e das 13h00 às 17h59. Endereço: Setor de Clubes Esportivos Sul - Polo 8 - Projeto Orla - Trecho 3, - BRÁSLIA/DF ou <https://www.gov.br/compras/edital/393001-5-90004-2026>. Entrega das Propostas: a partir de 01/04/2026 às 08h00 no site www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: 17/04/2026 às 10h00 no site www.gov.br/compras.

Adão Cabral Formiga
Agente de Contratação

CAIXA Seguridade

MINISTÉRIO DA FAZENDA



Caixa Seguridade Participações S.A.
Companhia Aberta
CNPJ/MF 22.543.331/0001-00
NIRE 53.3.0001645-3

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Assembleia Geral Ordinária

Ficam convocados os Senhores Acionistas da Caixa Seguridade Participações S.A. (“Caixa Seguridade” ou “Companhia”) a se reunirem na Assembleia Geral Ordinária (“AGO” ou “Assembleia”) a ser realizada, em primeira convocação, em 28 de abril de 2026, às 14h00, de modo exclusivamente digital, nos termos do artigo 5º, § 2º, inciso I e artigo 28, §§ 2º e 3º, da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada (“RCVM 81”), e ser tida como realizada, para os fins legais, na sede social da Caixa Seguridade na cidade de Brasília, Distrito Federal, Setor Hoteleiro Norte, Quadra 1, Bloco E, 17º andar, Asa Norte, CEP: 70701-050, com a seguinte ordem do dia: (i) Deliberar sobre as contas dos Administradores e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; (ii) Aprovar a destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; (iii) Deliberar sobre a remuneração global dos Administradores, Conselheiros Fiscais e membros dos Comitês Estatutários da Companhia para o exercício de 2026/2027; e (iv) Ratificar a eleição do Sr. Luiz Francisco Monteiro De Barros Neto, ao cargo de membro do Conselho de Administração. Informações Gerais: 1. Documentos à disposição dos acionistas. Todos os documentos e informações relacionados às matérias referidas acima e necessários ao exercício do direito de voto, incluindo a Proposta da Administração e os estabelecidos no artigo 133 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das S.A.”), encontram-se à disposição dos acionistas na sede e no website de Relações com Investidores da Companhia (www.caixaseguridade.com.br), bem como nos websites da CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br) (“B3”), conforme previsto na Lei das S.A., e no RCVM 81. 2. Modo de realização da Assembleia. Nos termos do artigo 5º, § 4º, da RCVM 81, a Companhia informa que a Assembleia será realizada de modo exclusivamente digital, por entender ser esta a alternativa mais eficiente para, considerando a dispersão da base acionária da Companhia: (i) favorecer a participação dos acionistas, uma vez que permite a sua presença na Assembleia de qualquer localidade do Brasil e do exterior; (ii) reduzir custos da Companhia e de seus acionistas na realização e participação na Assembleia; e (iii) promover maior transparência e segurança no curso da Assembleia, em linha com as melhores práticas de governança corporativa e conforme o princípio de tratamento isonômico entre os acionistas. 3. Participação dos acionistas na AGO. A Assembleia será realizada de modo exclusivamente digital, razão pela qual a participação do acionista poderá ser dada: (i) via Plataforma Ten Meetings (“Plataforma Digital”), nos termos do artigo 28, §§ 2º e 3º, da RCVM 81, caso em que o acionista ou seu procurador devidamente constituído poderá: (i) simplesmente participar da AGO, sem necessariamente votar; ou (ii) participar e votar na AGO; ou b) Por meio de envio de boletim de voto a distância (“BVD”), conforme abaixo indicado. 4. Participação por Plataforma Digital. Para fins de participação por meio da Plataforma Digital Ten Meetings, os acionistas interessados deverão preencher todos os dados de cadastro no endereço eletrônico <https://assembleia.ten.com.br/282373425> (“Solicitação de Acesso”) e anexar todos os documentos necessários à sua habilitação para participação e/ou voto na Assembleia, com, no mínimo, 2 (dois) dias de antecedência da data designada para a realização da AGO, ou seja, até o dia 26 de abril de 2026, ressaltando que não será admitido o acesso à Plataforma Digital de acionistas que não apresentarem os documentos de participação necessários no prazo aqui previsto, nos termos do artigo 6º, § 3º, da RCVM 81. Informações detalhadas sobre as regras e procedimentos constantes do próprio boletim de voto. 6. Documentos e Representação. Poderão participar da AGO ou a participação do acionista na Assembleia constam do Manual para Participação na Assembleia. A documentação relativa à proposta a ser apreciada (Proposta da Administração) está igualmente disponível nos websites da CVM e de Relações com Investidores da Caixa Seguridade. Eventuais esclarecimentos poderão ser obtidos pelo canal [@caixaseguridade](https://www.caixaseguridade.com.br), no canal www.caixaseguridade.com.br, Brasília, 27 de março de 2026. HUMBERTO JOSÉ TEÓFILO MAGALHÃES, Presidente do Conselho de Administração